

STJ00109700

MANUAL

DE DIREITO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

ISABELA BONFÁ DE JESUS
FERNANDO BONFÁ DE JESUS
RICARDO BONFÁ DE JESUS

5ª edição
revista e atualizada

Prefácio
ELIZABETH NAZAR CARRAZZA

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Projetos: Camilla Dandara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Leonardo Rocha e Rafael Ribeiro

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Adaptação de Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jesus, Isabela Bonfá de

Manual de direito e processo tributário / Isabela Bonfá de Jesus, Fernando Bonfá de Jesus, Ricardo Bonfá de Jesus ; [prefácio Elizabeth Nazar Carrazza]. -- 5. ed. rev. e atual. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-5321-681-9

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil I. Jesus, Fernando Bonfá de. II. Jesus, Ricardo Bonfá de. III. Carrazza, Elizabeth Nazar. IV. Título.

19-28037

CDU-34:336.2(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	29

PARTE I DIREITO MATERIAL

CAPÍTULO 1 DIREITO TRIBUTÁRIO

1. O DIREITO TRIBUTÁRIO E SEU OBJETO.....	33
2. O DIREITO TRIBUTÁRIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	34

CAPÍTULO 2 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. CONCEITO.....	37
1.1. Competência tributária.....	37
1.2. Capacidade tributária.....	38
2. CARACTERÍSTICAS DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	39
3. CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	40

CAPÍTULO 3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. CONCEITO.....	43
2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	44
2.1. Princípio republicano.....	44

2.2.	Princípio federativo e tributação	44
2.3.	Princípio da autonomia municipal e tributação	45
2.4.	Princípio da praticabilidade	46
2.5.	Princípio da proporcionalidade	47
2.6.	Princípio da razoabilidade	48
2.7.	Princípio da moralidade	50
2.8.	Princípio da eficiência	50
2.9.	Princípio da segurança jurídica	51
2.10.	Princípio da legalidade tributária	52
2.11.	Princípio da igualdade tributária	54
2.12.	Princípio da irretroatividade tributária	55
2.13.	Princípio da anterioridade tributária	56
2.14.	Princípio da vedação ao confisco	59
2.15.	Princípio da capacidade contributiva	60
2.16.	Princípio da liberdade de tráfego	61
2.17.	Princípio da uniformidade geográfica	62

CAPÍTULO 4 IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1.	CONCEITO	63
2.	ESPÉCIES DE IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	64
2.1.	Imunidade recíproca	66
2.2.	Imunidade dos templos de qualquer culto	67
2.3.	Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social	68
2.4.	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão	72

CAPÍTULO 5 DEFINIÇÃO DE TRIBUTO

1.	DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ANÁLISE DE SEUS ELEMENTOS	77
----	--	----

2. FUNÇÃO DOS TRIBUTOS.....	79
3. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS.....	80

CAPÍTULO 6 ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

1. CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS	83
2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....	86
2.1. Impostos	86
2.1.1. Impostos residuais.....	88
2.1.2. Impostos extraordinários.....	88
2.2. Taxas	89
2.2.1. Taxa de serviço	90
2.2.2. Taxa de polícia	91
2.2.3. Taxa x preço	92
2.3. Contribuição de melhoria.....	93
2.4. Contribuições.....	94
2.4.1. Contribuições sociais.....	95
2.4.2. Cide.....	96
2.4.3. Contribuições profissionais ou corporativas.....	97
2.5. Empréstimo compulsório	97

CAPÍTULO 7 FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO E SUA CLASSIFICAÇÃO.....	101
2. FONTES PRIMÁRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	101
2.1. Constituição Federal.....	102
2.2. Emenda constitucional	103
2.3. Lei complementar	103
2.4. Lei ordinária.....	106
2.5. Lei delegada.....	107

2.6. Medida provisória.....	107
2.7. Decreto legislativo	108
2.8. Resoluções.....	109
3. FONTES SECUNDÁRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	110

CAPÍTULO 8

VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA

1. VIGÊNCIA DA NORMA TRIBUTÁRIA.....	113
1.1. Vigência e eficácia da norma tributária no tempo.....	113
1.2. Vigência da norma tributária no espaço	115
2. INTERPRETAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA	116
3. INTEGRAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA.....	117

CAPÍTULO 9

RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

1. NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA.....	119
2. DA EXPRESSÃO “FATO GERADOR”: HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO IMPONÍVEL	120
3. REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	122
3.1. Critério material	122
3.2. Critério espacial.....	123
3.3. Critério temporal.....	123
3.4. Critério pessoal.....	124
3.4.1. Contribuinte e responsável.....	125
3.4.2. Responsabilidade tributária	126
3.4.3. Responsabilidade por sucessão.....	126
3.4.4. Responsabilidade por sucessão de fundo de comércio ou estabelecimento	127
3.4.5. Responsabilidade de terceiros	128
3.4.6. Resumo parcial da sujeição passiva.....	133

3.5. Critério quantitativo.....	134
3.6. Resumo da regra-matriz de incidência tributária	135

CAPÍTULO 10 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	137
1.1. Elementos da obrigação tributária.....	137
1.2. Nascimento da obrigação tributária	138
1.3. Natureza jurídica	141

CAPÍTULO 11 CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO	143
2. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	143
3. ESPÉCIES DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	144
3.1. Lançamento de ofício ou direto	144
3.2. Lançamento por declaração ou misto	146
3.3. Lançamento por homologação	146
3.3.1. Contagem do prazo para homologação.....	147
3.3.2. Lançamento e auto de infração	148
3.3.3. Constituição do crédito tributário por declaração	148
3.4. Arbitramento.....	150

CAPÍTULO 12 SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. CONCEITO	153
2. ESPÉCIES	154
2.1. Moratória.....	154

2.2.	Depósito do montante integral	155
2.2.1.	Constituição do crédito tributário pelo depósito judicial.....	156
2.3.	Reclamações e recursos administrativos.....	158
2.3.1.	Depósito judicial para apreciação de recurso administrativo	159
2.4.	Concessão de liminar ou tutela provisória em quaisquer espécies de ações judiciais	160
2.5.	Parcelamento	162

CAPÍTULO 13 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1.	CONCEITO	165
2.	ESPÉCIES	165
2.1.	Pagamento.....	165
2.1.1.	Denúncia espontânea	167
2.2.	Compensação	169
2.2.1.	Compensação no âmbito federal.....	170
2.2.2.	Execução de sentença e compensação administrativa.....	172
2.3.	Transação	173
2.4.	Remissão	174
2.5.	Prescrição e decadência.....	174
2.5.1.	Forma de contagem do prazo decadencial em desfavor do Fisco	175
2.5.2.	Forma de contagem do prazo prescricional em desfavor do Fisco	176
2.5.3.	Forma de contagem do prazo prescricional em desfavor do contribuinte (restituição/compensação).....	177
2.5.4.	Aplicação do art. 166 do CTN	178
2.6.	Conversão de depósito em renda.....	180
2.7.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento	180
2.8.	Consignação em pagamento	181
2.9.	Decisão administrativa irreformável	182
2.10.	Decisão judicial passada em julgado	183
2.11.	Doação em pagamento de bens imóveis	183

CAPÍTULO 14
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. CONCEITO		185
2. ISENÇÃO		185
2.1. Características da isenção		186
2.2. Classificações		187
3. ANISTIA		188

CAPÍTULO 15
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....		191
1.1. Fraude à execução fiscal		192
1.2. Penhora <i>online</i>		193
2. PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		195

PARTE II
TRIBUTOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 16
TRIBUTOS FEDERAIS

1. IMPOSTO SOBRE A RENDA.....		201
1.1. Disponibilidade econômica e jurídica da renda		205
1.2. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)		209
1.2.1. Lucro presumido		210
1.2.2. Lucro arbitrado		213
1.2.3. Lucro real.....		214
1.2.4. Despesas dedutíveis no lucro real.....		217
1.2.5. Lucro real x lucro presumido		219

1.2.6.	Compensação de prejuízo fiscal no lucro real	220
1.2.7.	Resumo da apuração do IRPJ pelo lucro real.....	221
1.3.	Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF)	222
1.4.	Quadro sintético do IRPJ, CSLL e IRPF.....	224
1.5.	Preços de transferência	225
1.5.1.	Da exportação	227
1.5.2.	Da importação	229
1.5.3.	Aplicação das regras do preço de transferência com países que firmaram tratados internacionais com o Brasil	231
1.6.	Direito Tributário Internacional.....	232
1.6.1.	Tratados Internacionais: gênero e espécies.....	232
1.6.2.	Processo de elaboração de um Tratado Internacional.....	233
1.6.3.	Conceito de residente e não residente	235
1.6.4.	Distinção entre Estado de residência e Estado de fonte do rendimento.....	237
1.6.5.	Funcionamento de empresa estrangeira no País.....	239
1.6.6.	Conceito de estabelecimento permanente.....	241
1.6.7.	Tratado para evitar a dupla tributação.....	244
1.7.	Jurisdição com Tributação Favorecida (JTF) e Regime Fiscal Privilegiado (RFP)	247
1.7.1.	Alíquota do IR Fonte nas operações com JTF e RFP	251
1.7.2.	<i>Base Erosion and Profit Shifting – BEPS</i>	251
1.7.3.	Regras de subcapitalização: juros pagos ao exterior para JTF e RFP...	252
2.	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.....	253
2.1.	As exceções à tributação pelo IPI.....	257
2.2.	Seletividade no IPI.....	259
2.3.	Não cumulatividade no IPI.....	260
2.4.	Quadro sintético do IPI.....	262
3.	IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.....	263
3.1.	Regimes aduaneiros	265
3.2.	Quadro sintético do II	266

4. IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO.....	266
4.1. Quadro sintético do IE.....	267
5. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS.....	268
5.1. Quadro sintético do IOF.....	271
6. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL.....	271
6.1. Quadro sintético do ITR.....	276
7. PIS E COFINS.....	276
7.1. Primeira fase: sistemática cumulativa.....	279
7.2. Segunda fase: sistemática não cumulativa antes da EC 42/2003.....	280
7.3. Terceira fase: sistemática não cumulativa após a EC 42/2003.....	282
7.4. Conceito de não cumulatividade para o PIS e a Cofins.....	282
7.5. Não cumulatividade: EC 42/2003 x Leis 10.637/2002 e 10.833/2003.....	286
7.6. Dos créditos de PIS e Cofins.....	287
7.7. Receitas sujeitas à tributação monofásica do PIS e Cofins.....	287
7.8. Receitas beneficiadas com alíquota zero do PIS e da Cofins.....	289
7.9. Receitas de produtos sujeitos à substituição tributária do PIS e da Cofins.....	290
7.10. Receitas excluídas da sistemática não cumulativa.....	292
7.11. Quadro sintético do PIS e da Cofins.....	292
8. PIS-IMPORTAÇÃO E COFINS-IMPORTAÇÃO.....	293
8.1. Quadro sintético do PIS-Importação e da Cofins-Importação.....	298
9. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	299
9.1. Contribuição Previdenciária Patronal e Contribuição Previdenciária do Segurado Empregado (trabalhador).....	299
9.1.1. Hipótese de retenção de 11%.....	302
9.2. Riscos Ambientais do Trabalho – RAT e Fator Acidentário de Prevenção – FAP.....	304
9.3. Contribuições de terceiros (Sistema “S”).....	306
9.4. Pontos polêmicos.....	307
9.4.1. Participação nos lucros e resultados – PLR.....	307
9.4.2. Plano de Previdência Complementar.....	308

9.4.3. Gratificações e prêmios.....	309
9.4.4. Benefícios indiretos (<i>fringe benefits</i>)	310
9.4.5. Planos de <i>Stock Options</i>	310
9.5. Quadro sintético das contribuições previdenciárias	311

CAPÍTULO 17

IMPOSTOS ESTADUAIS

1. ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E COMUNICAÇÃO.....	313
1.1. Substituição tributária no ICMS.....	317
1.2. Não cumulatividade do ICMS.....	319
1.2.1. A desvinculação entre créditos e débitos de ICMS	322
1.3. Guerra fiscal do ICMS.....	324
1.3.1. Efeitos dos benefícios concedidos à revelia	327
1.4. ICMS no cenário tecnológico	332
1.5. Quadro sintético do ICMS	334
2. IPVA – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.....	335
2.1. Quadro sintético do IPVA	341
3. ITCMD – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO <i>CAUSA MORTIS</i> E DOAÇÃO.....	342
3.1. Quadro sintético do ITCMD	348

CAPÍTULO 18

IMPOSTOS MUNICIPAIS

1. ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS.....	349
1.1. Taxatividade da lista de serviços	357
1.2. Regime diferenciado de tributação para o ISS.....	360
1.3. Exportação e importação de serviços	361
1.4. Quadro sintético do ISS.....	364

2. IPTU – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	364
2.1. Quadro sintético do IPTU.....	370
3. ITBI – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS	370
3.1. Quadro sintético do ITBI	374

PARTE III DIREITO PROCESSUAL

CAPÍTULO 19 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	377
1.1. Princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.....	377
2. FASES DE COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	378
3. ETAPAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	382
3.1. Processo administrativo tributário – 1. ^a instância	382
3.2. Processo administrativo tributário – 2. ^a instância	384

CAPÍTULO 20 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO	387
2. AÇÕES DE INICIATIVA DO FISCO	388
2.1. Inscrição em dívida ativa.....	388
2.2. Execução fiscal.....	391
2.2.1. Execução fiscal: citação.....	392
2.2.2. Execução fiscal: garantias.....	393
2.2.3. Prescrição intercorrente	398
2.2.4. Negócio Jurídico Processual.....	400
3. AÇÕES DE INICIATIVA DO CONTRIBUINTE.....	401
3.1. Embargos à execução fiscal.....	401
3.1.1. Controvérsia normativa acerca dos embargos à execução fiscal – LEF x CPC/2015	402

3.1.2.	Exceção de pré-executividade	403
3.1.3.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ).....	407
3.2.	Ação anulatória de débito fiscal	409
3.2.1.	Produção de provas	413
3.2.2.	Estrutura da ação anulatória de débito fiscal	414
3.3.	Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária	415
3.3.1.	Conceito	415
3.3.2.	Natureza jurídica e objeto.....	415
3.3.3.	Tutelas Provisórias: arts. 294 e ss. do CPC/2015	417
3.3.4.	Produção de provas	421
3.3.5.	Estrutura.....	422
3.4.	Mandado de segurança	423
3.4.1.	Conceito	423
3.4.2.	Espécies	425
3.4.3.	Prazo para impetração do mandado de segurança.....	427
3.4.4.	Requisitos do mandado de segurança.....	428
3.4.5.	Trâmites do mandado de segurança	430
3.4.6.	Compensação no mandado de segurança.....	431
3.4.7.	Suspensão da segurança	432
3.4.8.	Crime de desobediência	433
3.4.9.	Alterações trazidas pela Lei 12.016/2009.....	433
3.5.	Ação de repetição de indébito tributário.....	434
3.5.1.	Conceito	434
3.5.2.	Prazo para pleitear a restituição.....	436
3.5.3.	Aplicação do art. 166 do CTN	436
3.5.4.	Execução de sentença e compensação administrativa.....	437
3.6.	Ação de consignação em pagamento	439
3.6.1.	Conceito	439
3.6.2.	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	440
3.7.	Valor da causa e honorários advocatícios	441

CAPÍTULO 21
TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	445
2. PRINCÍPIOS	446
3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	447
3.1. Admissibilidade recursal: requisitos intrínsecos	447
3.2. Admissibilidade recursal: requisitos extrínsecos	448
4. JUÍZO DE MÉRITO	448
5. EFEITOS DOS RECURSOS.....	449
6. CONSIDERAÇÕES GERAIS TRAZIDAS PELO CPC/2015.....	449
6.1. Prazos dos recursos	449
6.2. Restituição dos autos por advogado.....	450
6.3. Custas	450
6.4. Julgamento-Vista.....	451
6.5. Extinção do processo sem julgamento de mérito	452

CAPÍTULO 22
ESPÉCIES RECURSAIS

1. INTRODUÇÃO	453
2. INOVAÇÕES DO CPC/2015	454
2.1. Casos repetitivos	454
2.2. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	462
2.3. Incidente de Assunção de Competência (IAC)	463
3. ESPÉCIES RECURSAIS.....	464
3.1. Recurso extraordinário.....	464
3.2. Recurso especial.....	467
3.2.1. Procedimentos comuns aos recursos especial e extraordinário	469
3.3. Recurso de apelação.....	470
3.3.1. Procedimento.....	472

3.4	Agravo.....	472
3.4.1.	Agravo retido.....	474
3.4.2.	Agravo de instrumento.....	474
3.4.3.	Agravo interno.....	477
3.4.4.	Agravo contra despacho denegatório de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário.....	477
3.5.	Embargos de declaração.....	478
3.6.	Embargos infringentes: técnica de Julgamento.....	480
3.7.	Remessa necessária.....	480

PARTE IV OPERAÇÕES FINANCEIRAS E EMPRESARIAIS

CAPÍTULO 23

FUNDOS DE INVESTIMENTO E O MERCADO FINANCEIRO

1.	O QUE É UM FUNDO DE INVESTIMENTO?.....	485
2.	ESPÉCIES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS.....	487
2.1.	Fundo de Investimento de Renda Fixa (FIRF).....	488
2.2.	Fundo de Investimento Multimercado (FIM).....	488
2.3.	Fundo de Investimento em Cotas de Fundos Multimercados (FIC-FIM).....	488
2.4.	Da tributação comum do FIRE, FIM e FIC-FIM.....	489
2.5.	Fundo de Investimento em Ações (FIA).....	490
2.6.	Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações (FIC-FIA).....	491
2.7.	Da tributação comum do FIA e do FIC-FIA.....	491
3.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS FECHADOS OU ABERTOS: IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	491
3.1.	Fundo de Investimento fechado.....	491
3.2.	Fundo de Investimento aberto.....	492
3.3.	Há vantagem tributária entre Fundo de Investimento fechado e aberto?.....	493

4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO – FIP	493
4.1. Aspectos Tributários do FIP	496
5. FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO (FII).....	496
5.1. Aspectos Tributários do FII	498
5.1.1. Hipótese específica do IRFonte sobre o FII	498
5.1.2. Cotista Pessoa Física	498
5.1.3. Cotista pessoa jurídica.....	499
6. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC)	499
6.1. Aspectos Tributários do FIDC	500
7. OPERAÇÕES COM AÇÕES NO MERCADO À VISTA	501
7.1. Cláusula de Poison Pill.....	502
7.2. Motivação do investimento no mercado de capitais	503
7.3. Tributação das operações no mercado à vista	505
8. OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS.....	506
8.1. Mercado de opções de ações	506
8.2. Operação de Mercado a Termo	507
8.2.1. Garantia para contratação da operação de Mercado a Termo	509
8.3. Aluguel de ações	510
8.3.1. Garantia para contratação de Aluguel de ações.....	511

CAPÍTULO 24

FUSÕES E AQUISIÇÕES (*MERGER & ACQUISITION – M&A*)

1. DIFERENÇAS ENTRE UMA SOCIEDADE LTDA, EIRELI, SA FECHADA E SA ABERTA.....	513
1.1. Sociedade de Responsabilidade Limitada (LTDA).....	513
1.1.1. EIRELI: a LTDA de um sócio	514
1.1.2. Demais características básicas da LTDA.....	515
1.2. Sociedade Anônima	516
1.2.1. Sociedade Anônima Fechada (SA Fechada).....	518
1.2.2. Sociedade Anônima Aberta (SA Aberta)	518

1.3.	O direito de <i>Tag Along</i> do sócio.....	518
1.4.	O direito de <i>Drag Along</i> do sócio controlador.....	519
2.	FUSÕES E AQUISIÇÕES (<i>MERGER & ACQUISITION – M&A</i>).....	520
2.1.	Sócio pessoa física.....	520
2.2.	Sócio pessoa jurídica.....	521
2.3.	Método de equivalência patrimonial: efeitos tributários.....	522
2.4.	Dos elementos motivadores de um M&A.....	523
2.5.	Auditoria externa.....	524
2.6.	Documentos legais inerentes ao processo de M&A.....	526
2.6.1.	Cláusula de arbitragem: alternative Dispute Resolution (ADR).....	527
2.6.2.	Do caráter definitivo do SPA.....	527
3.	<i>FAMILY OFFICE</i> E A GESTÃO PATRIMONIAL.....	528
3.1.	Gestão patrimonial.....	528
3.1.1.	Imobiliário.....	529
3.1.2.	Participação societária.....	530
3.1.3.	Recursos financeiros.....	531
3.2.	Combinação de negócios.....	531
	BIBLIOGRAFIA.....	533
	OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....	539